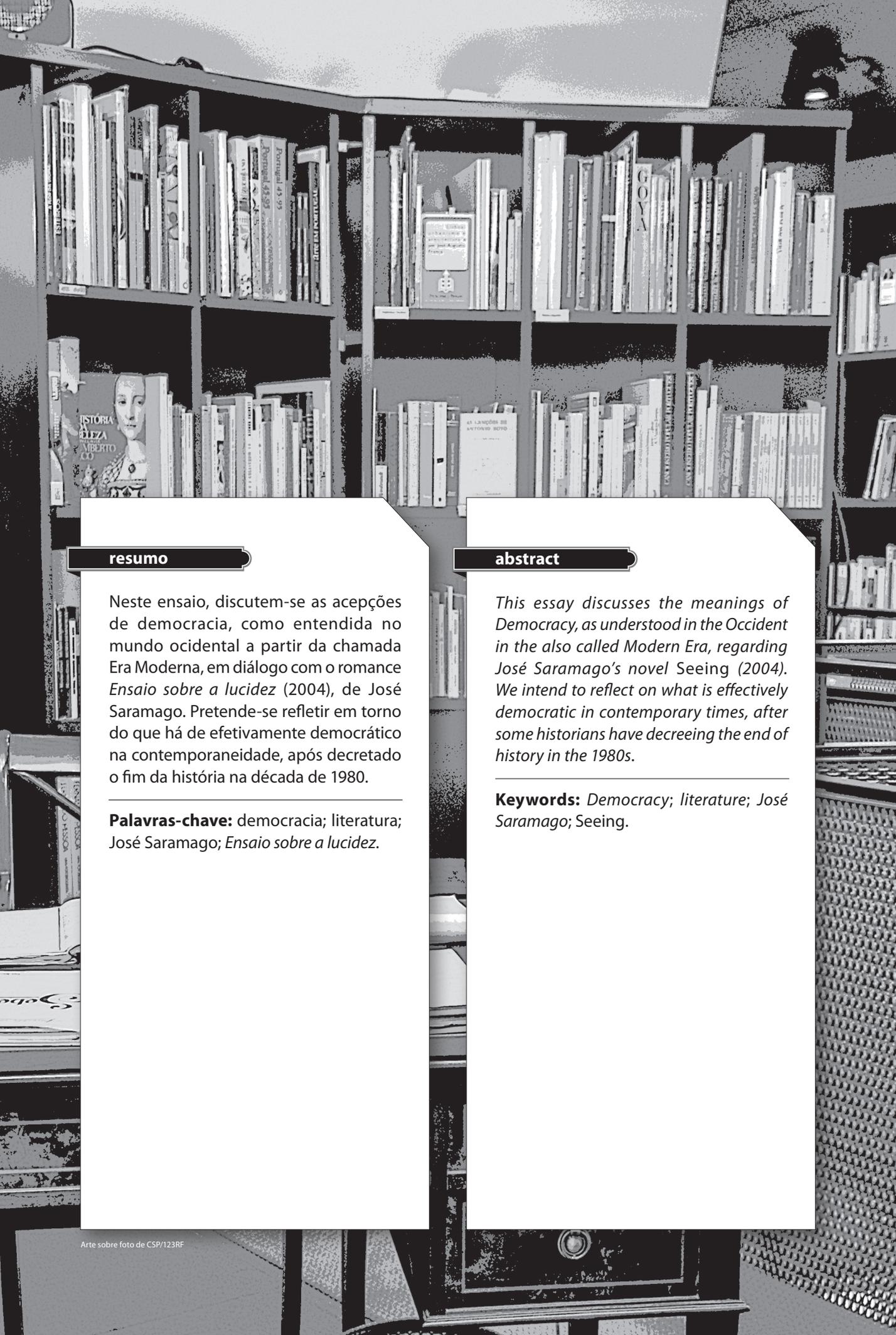




Poder e contrapoder em José Saramago

Jean Pierre Chauvin



resumo

Neste ensaio, discutem-se as acepções de democracia, como entendida no mundo ocidental a partir da chamada Era Moderna, em diálogo com o romance *Ensaio sobre a lucidez* (2004), de José Saramago. Pretende-se refletir em torno do que há de efetivamente democrático na contemporaneidade, após decretado o fim da história na década de 1980.

Palavras-chave: democracia; literatura; José Saramago; *Ensaio sobre a lucidez*.

abstract

This essay discusses the meanings of Democracy, as understood in the Occident in the also called Modern Era, regarding José Saramago's novel Seeing (2004). We intend to reflect on what is effectively democratic in contemporary times, after some historians have decreed the end of history in the 1980s.

Keywords: Democracy; literature; José Saramago; Seeing.

“Através da punição ao devedor, o credor participa de um direito dos senhores; experimenta enfim ele mesmo a sensação exaltada de poder desprezar e maltratar alguém como ‘inferior’.”
(Nietzsche, 2009, p. 54)

“Será que o cidadão deve, ainda que por um momento e em grau mínimo, abrir mão de sua consciência em prol do legislador?”
(Thoureau, 2012, p. 9)

“Polícia para quem precisa/
Polícia para quem precisa de polícia.”
(Titãs, 1986, faixa 4)

Editado em 2004, *Ensaio sobre a lucidez* reencena personagens que haviam participado do mundo temporariamente desnortado, totalitário e violento de *Ensaio sobre a cegueira*, publicado nove anos antes. O destaque incidirá novamente na Mulher do Médico, cuja saída de cena às últimas linhas é arquitetada pelo narrador desde os primeiros lances em que ela reaparece. A narrativa, igualmente redigida em terceira pessoa, enquadra um comportamento atípico adotado por eleitores de uma capital, que tanto poderia ser Lisboa, quanto Paris, Tóquio, Nova York, São Paulo, Nova Delhi, Madri ou Johannesburgo, que promove uma autêntica e justificável desobediência civil, a desafiar a fachada democrática¹ do governo.

O enredo deveria nos interessar de perto, pois, apesar da seriedade com que os mesá-

1 “Na teoria contemporânea da democracia confluem três grandes tradições do pensamento político: a) a teoria clássica, divulgada como teoria aristotélica, das três formas de governo, segundo a qual a democracia, como governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como governo de um só, e da aristocracia, como governo de poucos; b) a teoria medieval, de origem “romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior; c) a teoria moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas históricas de governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é a aristocracia), onde se origina o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideais republicanos e o governo genuinamente popular é chamado, em vez de democracia, de república” (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1998, pp. 319-20).

JEAN PIERRE CHAUVIN é professor de Cultura e Literatura Brasileira da ECA/USP e pesquisador credenciado no Programa de Pós-Graduação Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH/USP.

rios conduzem os trabalhos em prol da eleição, a quase totalidade dos cidadãos decide não exercer seu direito democrático², descumprindo o dever cívico de votar. Haverá grande proveito em ler esse romance, como entretenimento, mas também como pretexto para se rediscutir o comportamento dos Estados que se intitulam social-democráticos, a despeito de seus governos fazerem mais pelo lucro de grandes industriais, megaempresários e poderosos agronegociantes, que pelas pessoas tidas por pequenas, frágeis e carentes, que se veem cada vez menos assistidas, colocadas diante de becos institucionais, graças à manutenção do discurso e da lógica seletiva da crise³, amparada em estatísticas nem sempre precisas, tampouco sujeitas à comprovação. Talvez pudéssemos sintetizar o argumento central do *Ensaio sobre a lucidez* como: “a falácia do Estado de direito” ou, se o (e)lei-

torado preferir, “os limites da democracia representativa”⁴.

Não por acaso, a fábula começa com a queixa do digno e distinto “presidente da mesa de assembleia eleitoral número catorze” (Saramago, 2004, p. 9) sobre as condições atmosféricas daquele dia cívico: “Mau tempo para votar” (p. 9). Nas páginas seguintes, diferentes unidades de votação serão tão ou mais esvaziadas que a de número catorze. Inicialmente atribuída à chuva, a constrangedora debandada de votantes harmoniza provisoriamente os delegados dos três partidos em disputa, colocados em relativo acordo contra o alvitre adotado pelos (não) eleitores. No plano da expressão, o comedimento das palavras, combinado à conduta preciosista dos mesários, é reforçado por uma ritualística do poder, em rigorosa observação dos mínimos procedimentos legais e burocráticos:

“Constituiu-se a mesa, cada um no lugar que lhe competia, o presidente assinou o edital e ordenou ao secretário que fosse afixá-lo, como a lei determina, à porta do edifício, mas o mandado, dando prova de uma sensatez elementar, fez notar que o papel não se aguentaria na parede nem um minuto, em

2 “São Tomás de Aquino definiu democracia como poder popular, em que as pessoas comuns, por força dos números, governavam – oprimiam – os ricos; todo o povo agia como um tirano. Esse forte sentido de classe se manteve como o significado predominante até o final do S18 e começo do S19, e ainda tinha vigência na argumentação de meados do S19” (Williams, 2007, p. 126). “Na Idade Moderna a democracia pode ser vista como a atitude política que se opõe ao absolutismo: é representada segundo perspectiva liberal ou social. Na Idade Contemporânea a democracia apresenta-se como alternativa ao totalitarismo seja ideológico, seja tecnológico” (Abbagnano, 2007, p. 277).

3 “Chama-se Crise a um momento de ruptura no funcionamento de um sistema, a uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame. As Crises são habitualmente caracterizadas por três elementos. Antes de tudo, pelo caráter de subtileza e por vezes de imprevisibilidade. Em segundo lugar, pela sua duração normalmente limitada. E, finalmente, pela sua incidência no funcionamento do sistema” (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1998, p. 303).

4 “Identificada a democracia propriamente dita sem outra especificação, com a democracia direta, que era o ideal do próprio Rousseau, foi-se afirmando, através dos escritores liberais, de Constant a Tocqueville e John Stuart Mill, a ideia de que a única forma de democracia compatível com o Estado liberal, isto é, com o Estado que reconhece e garante alguns direitos fundamentais, como são os direitos de liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião etc., fosse a democracia representativa ou parlamentar, onde o dever de fazer leis diz respeito, não a todo o povo reunido em assembleia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos” (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1998, pp. 323-4).

dois améns se lhe esborrataria a tinta, ao terceiro o levaria o vento. Coloque-o então dentro, aonde a chuva não o alcance, a lei é omissa neste particular, o importante é que o edital fique afixado e à vista” (p. 11)⁵.

A cena é tragicômica e diverte o leitor, colocado diante do que pode haver de tacanho e risível numa situação com personagens de diminuto quilate, mas que se arrogam sublime importância. No breve diálogo entre presidente e secretário da seção, transparece, além do *modus operandi* burocrático, a manutenção de cerrada hierarquia dos postos, o caráter autoritário do presidente (que ordena) e o recurso de que ele se vale ao evocar, de memória, os termos previstos na lei eleitoral (que omite), com vistas a sugerir melhor lugar onde afixar o edital. Nas páginas seguintes do romance, ficará evidente que, em sua mediocridade intelectual, esse subalterno está ética e intelectualmente posicionado bem acima do presidente e, também, dos delegados que representam os partidos da Direita, do Meio e da Esquerda.

Provavelmente isso explique a reação “indignada” do delegado do “p.d.d.” (Partido da Direita) à sugestão do referido secretário de que “não seria má ideia telefonar ao ministério a pedir informações sobre como está a decorrer o acto eleitoral aqui e no resto do país, ficaríamos a saber se este corte de energia cívica é geral” (p. 13). O fato é que as dissensões entre uns e outros por picuinhas reforçam, a todo instante, que as politicagens afetam tanto a micro

quanto a macropolítica. Visto em perspectiva ampliada, trata-se de um romance que defende atitudes contra o poder instituído, supondo que a postura do governo não resulta em efetiva melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Transcorrida a jornada de trabalho, o temor dos mesários se confirma. Ao final do pleito, contabilizadas as cédulas dos poucos que saíram a votar, descobre-se que 75 por cento delas estavam em branco. Em acordo com o que reza a lei, o pleito eleitoral terá que ser refeito. “Que irá suceder quando a eleição for repetida, esta é a pergunta que todos vão fazendo em voz baixa, contida, segredada, para não despertar o dragão que dorme” (p. 26). Após reuniões do duto e alto escalão governamental, vem o primeiro anúncio, em disfarçada ameaça, do primeiro-ministro aos telespectadores – cena que evoca os autofalantes à porta do asilo em que foram despejados os cegos⁶ no *Ensaio sobre a cegueira*:

“O governo, acrescentou [o primeiro-ministro] dando ao semblante uma expressão de gravidade e acentuando com intenção as sílabas fortes, confia em que a população da capital, novamente chamada a votar, saberá exercer o seu dever cívico com a dignidade e o decoro com que sempre o fez no passado” (p. 27).

6 Lê-se no *Ensaio sobre a cegueira*: “O Governo está perfeitamente consciente das suas responsabilidades e espera que aqueles que a quem esta mensagem se dirige assumam, como cumpridores cidadãos que devem de ser, as responsabilidades que lhes competem, pensando também que o isolamento em que agora se encontram representará, acima de quaisquer outras considerações, um acto de solidariedade para com o resto da comunidade nacional” (Saramago, 1995, p. 194).

5 Nas citações do romance, foi respeitada a ortografia utilizada pelo escritor.

Apesar do preparo do orador, suas palavras surtem efeito questionável. O segundo dia de pleito, solar e mais convidativo, não resultaria em melhor resultado. Temendo o pior, o governo já havia tomado providências, demonstrando cautela contra eventuais subversivos:

“Não havia uma fila, uma só entre as mais de quarenta espalhadas por toda a cidade, em que não se encontrassem um ou mais espias com a missão de escutar e gravar os comentários dos circunstantes, convencidas como estavam as autoridades policiais de que uma espera prolongada, tal como nos consultórios médicos acontece, leve a soltarem-se as línguas mais cedo ou mais tarde, fazendo aparecer à luz, nem que seja com uma simples meia palavra, as intenções secretas que animam o espírito dos eleitores” (p. 28).

Há uma mudança numérica. O novo pleito corre com aparente civilidade e ordem, o que tranquiliza o governo e coloca em relativo descanso as instituições repressivas. Entretanto, a despeito da elevada quantidade de eleitores, vem o novo resultado das urnas com 83 por cento dos votos em branco. No segundo comunicado oficial, o governo recrimina o novo “golpe brutal contra a normalidade democrática em que decorria a nossa vida pessoal e coletiva” (p. 35).

O que interpretaríamos como evento anecdótico, nos primeiros dois capítulos, passa a outro estágio no enunciado: o rigor do discurso autoritário reforça os modos estúpidos do desejo de reprimir os sediciosos. A terceira seção do romance se passa imediatamente após a “declaração do estado de exceção” pelo governo – embora o ministro

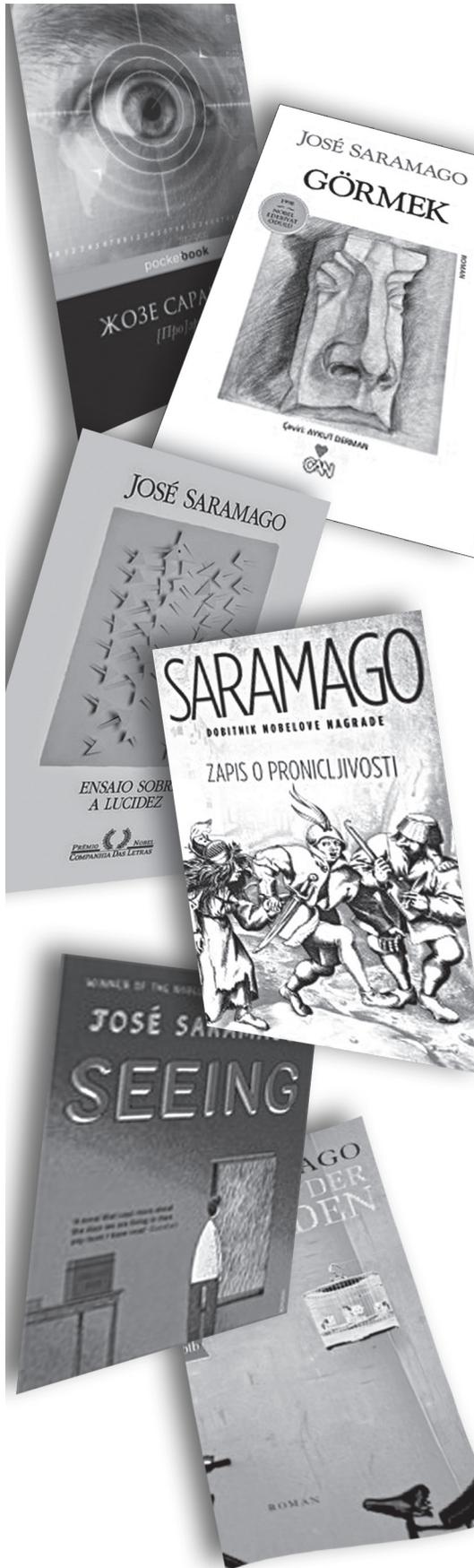
da Defesa, “um civil que não havia ido à tropa”, desejasse, em verdade, “um estado de sítio, dos autênticos, um estado de exceção na mais exacta acepção da palavra”⁷, a (re)agir feito “uma muralha em movimento capaz de isolar a sedição para logo a esmagar num fulminante contra-ataque” (p. 39).

Ensaio sobre a lucidez parece sugerir que, no meticuloso exercício do poder, o sadismo do governo e das autoridades policiais importa mais que a “reparação do dano”, como sugeriu Nietzsche em *Genealogia da moral* (2009). Em defesa do regime, trata-se de restituir a ordem, em tese, democrática. Recorde-se a engenhosa proposta do ministro do Interior, confidenciada com o primeiro-ministro:

“Sem entrar aqui em certos pormenores da operação, que, como facilmente se entenderá, constituem matéria reservada, digamos mesmo top secret, o plano elaborado pelo meu ministério assenta, nas suas linhas gerais, numa ampla e sistemática acção de infiltração entre a população, a cargo de agentes convenientemente preparados” (p. 40).

No âmbito da linguagem prolixa e das ações violentas, uns e outros se equivalem: muda apenas a proporção de seus atos e o alcance das decisões. Se o presidente da sessão eleitoral agia com respaldo na auto-

7 Lê-se no *Ensaio sobre a cegueira*: “O exército lamenta ter sido obrigado a reprimir pelas armas um movimento sedicioso responsável pela criação duma situação de risco iminente, da qual não teve culpa directa ou indirecta, e avisa que a partir de hoje os internados passarão a recolher a comida fora do edifício, ficando desde já prevenidos de que sofrerão as consequências no caso de se manifestar qualquer tentativa de alteração da ordem” (Saramago, 1995, p. 89).



ridade e poder de que fora investido pela função (ainda que pontual e temporária), o primeiro-ministro e seus colegas de ofício arquitetam tratativas para breçar a anormalidade sugerida pela conduta dos eleitores que votaram em branco. O léxico acusa o mal-estar provocado nos dirigentes: “[...] começou-se a notar que a palavra branco, como algo que se tivesse tornado obscuro ou malsoante, estava a deixar de ser utilizada” (p. 51).

Cumprido ressaltar que, se no *Ensaio sobre a cegueira*, os cegos lidavam com o mal branco, desta feita os cidadãos mais lúcidos respondem pelas cédulas vazias⁸. Seja como for, a cegueira dos habitantes e a obtusa visão das autoridades conduzem uns e outros ao Estado antidemocrático. “O grande equívoco deles, como a partir de agora se começará a ver melhor, foi terem votado em branco. Já que tinham querido limpeza, iriam tê-la” (p. 45). Para além das enérgicas palavras, as ações do governo tornam-se mais severas e explícitas, em nome da democracia, de Deus⁹

8 “Que extraordinário país este nosso, onde sucedem coisas nunca antes vistas em nenhuma outra parte do planeta. Não precisarei de lhe recordar, senhor presidente, que não foi esta a primeira vez. Precisamente a isso me estava a referir, meu caro primeiro-ministro, É evidente que não há a menor probabilidade de uma relação entre os dois acontecimentos, É evidente que não, a única coisa que têm em comum é a cor” (Saramago, 2004, p. 87).

9 Para Marcos Aparecido Lopes (2005, pp. 514-15), “[...] o próprio discurso e o modo como ele pretende dizer a realidade é solidário com esta imanência do sagrado, isto é, ao relativizar a verdade e sua validade na ideia de Deus, relativizo a pretensão de o meu discurso ser a última palavra e a síntese derradeira sobre determinado fato do passado. O que queremos dizer é que a negação da transcendência e dos poderes que ela representa, tal como a própria ideia de hierarquia, não se faz de um discurso em relação a um objeto, relação de exterioridade, mas afeta a própria organização deste discurso. Enfim, produz uma outra modalidade discursiva: a glosa da glosa”.

e da ordem: “Que deus vos acompanhe e guie na vossa sagrada missão para que o sol da concórdia volte a iluminar as consciências e a paz restitua à convivência dos nossos concidadãos a harmonia perdida” (p. 66). O próximo passo das autoridades é selecionar eleitores para o interrogatório sobre o voto que teriam depositado na urna.

A ação do governo é calculada¹⁰. Prevendo a reação dos familiares dos que se encontravam retidos para inquérito, “[o ministério] avisava as famílias de que não deveriam surpreender-se nem inquietar-se pela falta de notícias dos seus queridos ausentes, porquanto nesse mesmo silêncio, precisamente, estava a chave que poderia garantir a segurança pessoal deles” (p. 49). Não será preciso discorrer sobre a semelhança entre a precaução do governo e determinadas atitudes adotadas não somente em Portugal e Espanha, mas também nos países do Oriente Médio e da América Latina, bicados pela água norte-americana, durante os períodos ditatoriais e de crise socioeconômica. No romance, a exemplo do que costuma suceder em regimes com feição totalitária, a situação do país não identificado se agravava:

“Tornara-se manifesta para todo o governo, com exceção dos ministros da justiça e da

cultura, seu quê duvidosos, a necessidade urgente de dar uma nova volta de aperto à tarraxa, tanto mais que a declaração do estado de exceção, de que tanto se esperava, não havia produzido qualquer efeito perceptível no sentido desejado, porquanto não tendo os cidadãos deste país o saudável costume de exigir o regular cumprimento dos direitos que a constituição lhes outorgava, era lógico, era mesmo natural que não tivessem chegado a dar-se conta de que lhos haviam suspenso” (p. 59).

A essa altura, talvez conviesse a este ensaísta sugerir que o Estado de exceção¹¹ age mais ou menos segundo os desígnios que costumam ser atribuídos a Deus, maiormente nos reinos ou repúblicas em que o suposto bem-estar metafísico tomou o lugar concreto do bem-estar social, a empregar palavreado nobilitante e bem-intencionado. Em acordo com Giorgio Agamben (2010, pp. 15-6):

“Se [...] a terminologia é o momento propriamente poético do pensamento, então as escolhas terminológicas nunca podem ser neutras. Nesse sentido, a escolha do termo ‘estado de exceção’ implica uma tomada de posição quanto à natureza do fenômeno [...] e à lógica mais adequada à sua compreensão. Se as noções de ‘estado de sítio’ e de ‘lei marcial’ exprimem uma conexão com o estado de guerra que historicamente foi decisiva e ainda está presente, revelam-se

10 Lê-se no *Ensaio sobre a cegueira*: “Nesse instante ouviu-se uma voz forte e seca, de alguém, pelo tom, habituado a dar ordens. Vinha de um altifalante fixado por cima da porta por onde tinham entrado. A palavra Atenção foi pronunciada três vezes, depois a voz começou, O Governo lamenta ter sido forçado a exercer energicamente o que considera ser seu direito e seu dever, proteger por todos os meios as populações na crise que estamos a atravessar, quando parece verificar-se algo de semelhante a um surto epidêmico de cegueira, provisoriamente designado por mal-branco, e desejaria poder contar com o civismo e a colaboração de todos os cidadãos para estancar a propagação do contágio” (Saramago, 1995, pp. 49-50).

11 “[...] a teoria política emprega a exceção como o paradigma de governo na contemporaneidade. Aqui se verifica o uso reiterado da expressão ‘estado de exceção permanente’, de modo a caracterizar a progressiva substituição da política por formas de controle social – *violence douce* ou violência física aberta” (Valim, 2017, p. 21).

todavia inadequadas para definir a estrutura do fenómeno e necessitam portanto das qualificações de ‘político’ ou ‘fictício’, também elas de certo modo enganadoras”.

No *Ensaio sobre a lucidez*, o contraste entre a mediocridade dos governantes e militares e o esperado bom senso dos leitores transparece nas constantes intervenções do narrador, que ora se distancia ironicamente, ora aciona uma poderosa lupa enunciativa, a sugerir a derrocada da metafísica, em paralelo com a balela da segurança pública: “[...] se é certo que o homem põe, deus dispõe, e têm sido poucas as ocasiões, nefastas quase todas, em que os dois, postos de acordo, dispuseram juntos” (pp. 78-9).

Como não estamos sob os desígnios de Deus, mas debaixo do olhar crítico do narrador saramaguiano, cumpre acompanhar com redobrada atenção os próximos passos da história. Com o recuo estratégico de governo e autoridades, transferindo a capital para outra cidade do país, o caos tem início. Os habitantes deixam de trabalhar. O protesto, antes relacionado ao processo eleitoral, contagia a *polis*. Sem perder a oportunidade de troçar sobre o comportamento dos jornais – mais ou menos alinhados com o governo –, o narrador lista dezenas de manchetes noticiosas, em que sobressaem os títulos mais sensacionalistas e piegas:

“[...] sentimentais, como A Capital Amanheceu Órfã, irônicos como A Castanha Rebentou Na Boca Dos Provocadores (...), pedagógicos como O Estado Dá Uma Lição À Capital Insurrecta, vingativos como Chegou A Hora Do Ajuste de Contas, proféticos como Tudo Será Diferente A Partir De Agora (...), bajuladores como A Dignidade

Do Presidente Desafia A Irresponsabilidade Da Capital” (Saramago, 2004, p. 99).

Habitado à cegueira e ao silêncio conformista de seus cidadãos, o governo, surpreendido com a resistência dos que votaram em branco, recorre a expedientes criminosos: chega a forjar uma greve entre os lixeiros, a que os votantes-em-branco respondem prontamente com a limpeza coletiva da cidade, na jornada seguinte. Três dias depois, seria a vez de os agentes da limpeza voltarem ao trabalho, contrariando o acordo de greve combinado com membros do governo, sob o argumento de que “os uniformes estavam em greve, não eles” (p. 104). Na dança entre ordem e desordem, greve de fachada e revolução, fato e manipulação, colabora uma música cujo ritmo oscila entre os tons de gracejo e de denúncia, adotados pelo narrador e pelos protagonistas da campanha pelo voto em branco.

A situação na capital ultrapassa o cúmulo, quando membros do governo começam a bater cabeça. O narrador se rejubila frente ao discurso do presidente da Câmara: “[...] usando as palavras do ministro do interior, alegra-nos verificar que [ele] viu a luz, não a que o dito ministro quer que os votantes da capital vejam, mas a que os ditos votantes em branco esperam que alguém comece a ver” (p. 110). Pouco antes de a história chegar à metade, aumentam os sinais de se concretizarem as predições de alguns funcionários do alto escalão governamental. Acontece um atentado no metrô, que faz 23 vítimas e provoca o pedido de demissão do presidente da Câmara. Chega a vez de os “brancos”, como os (não) eleitores passam a ser chamados, se retirarem do cenário bélico em que a cidade se transformara.

Enquanto isso, prosseguem os tenso diálogos de gabinete, a evidenciar a ridícula e pomposa hierarquia governamental. Num momento de grande inspiração, eis que o presidente da República sugere murar a cidade: “[...] é meu parecer que uma contenção que se pretenda total só poderá ser conseguida pela construção de um muro a toda volta da capital” (p. 167). Em meio ao acalorado debate sobre essas e outras medidas a tomar, o primeiro-ministro, em tréplica ao ministro da Defesa, sentencia: “há quatro anos estivemos cegos e agora digo que provavelmente cegos continuamos” (p. 171).

O diálogo entre *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez* se evidencia a partir do décimo primeiro capítulo, graças ao intertexto facultado pela carta que um dos sete tipos que sobrevivera ao mal-branco (matéria do romance anterior) envia para o presidente da República, em que revela que a Mulher do Médico mantivera a visão, enquanto todos cegavam à sua volta naquela ocasião, transcorrida quatro anos antes. As suspeitas de governo e autoridades recaem justamente sobre o casal que vivenciara a cegueira branca.

O cerco se fecha, mas, em curiosa reviravolta, o Comissário encarregado de interrogar o casal acaba por inverter a sua percepção sobre os acontecimentos e pessoas envolvidas, o que o aproxima solidariamente dos revoltosos que votaram em branco e o leva à destituição do posto de investigador principal. Será ele a alertar a Mulher do Médico sobre os perigos imediatos que ela e seu marido corriam:

“Aprendi neste ofício que os que mandam não só não se detêm diante do que nós chamamos absurdos, como se servem deles

para entorpecer as consciências e aniquilar a razão. Que lhe parece que devemos fazer, Escondam-se, desapareçam, mas não o façam em casa dos vossos amigos” (p. 284).

Desse modo, o tom anedótico, que nos divertira em meio aos risíveis diálogos travados entre os membros do governo até a metade do romance, é gradativamente substituído pela tensão provocada pela ofensiva do governo ao casal, às páginas finais. Os leitores capazes de solidariedade lamentarão que a narrativa siga nessa direção. Parecer-lhes-á injusto que o Estado forje provas contra o Médico e sua esposa, especialmente por saber que “o homem da gravata azul com pintas brancas” (p. 318), protegido pelo anonimato, continuaria à espreita após disparar contra o ex-Comissário.

O casal, tornado fugitivo, não previra o habitual empenho dos jornais comprometidos com o governo. A história se encerra no vigésimo capítulo e tudo leva a crer que a relativa normalidade democrática¹² voltaria a reinar na capital de um país de devotos a Deus: justiceiros sequiosos por restabelecer a ordem, ainda que à custa

12 “Democracia era ainda um termo revolucionário ou no mínimo radical até meados do S19, e o desenvolvimento especializado de democracia representativa foi ao menos em parte uma reação consciente a esse entendimento, para além das razões práticas de alcance e continuidade. É a partir desse ponto da argumentação que se pode verificar a divergência entre os dois significados de democracia. Na tradição socialista, democracia ainda significava poder popular: um Estado no qual os interesses da maioria do povo eram preponderantes e exercidos e controlados na prática pela maioria. Na tradição liberal, democracia significava eleição aberta de representantes e certas condições (direitos democráticos, como liberdade de expressão) que mantinham o caráter aberto da eleição e da discussão política” (Williams, 2007, pp. 128-9).



das evidências forjadas pelo governo que, enfim, levava a termo a imagem de Estado-Providência.

Como soe acontecer, quando se lê Saramago, deixamos o plano ficcional com a impressão de que há muito mais para além da lógica supostamente reta e ordeira do Estado contra a ondulante desobediência civil. Porventura se possa afirmar que o romance desnuda o temor do governo diante de uma possível sublevação popular. A ideologia da crise adquire maior tónus conforme a perspectiva e a postura contrarrevolucionária das autoridades. No romance, isso se evidencia na desproporção entre o ato e a resistência dos que votaram em branco e a reação do Estado e dos militares.

Retomando o início da fábula, o problema passou a representar maior risco quando o governo constatou a existência de quantidade considerável de revoltosos e percebeu que a coesão do movimento residia na fidelidade e organicidade de seus militantes. Nesse caso, violência rima com prudência. Nesse sentido, o romance evoca inúmeros episódios, fora da ficção, em que a manutenção do *status quo* foi intencionalmente misturada às tintas da ordem à base dos fuzis. Como diz Herbert Marcuse (1973, pp. 11-2):

“A contrarrevolução é predominantemente preventiva e, no mundo ocidental, inteiramente preventiva. Aqui, não existe qualquer revolução recente a dismantelar nem nenhuma existe em gestação. E, no entanto, é o medo da revolução que gera o interesse comum e cria os vínculos entre as várias fases e formas da contrarrevolução. Esta percorre toda a gama desde a democracia parlamentar à ditadura declarada, passando pelo Estado policial”.

Num mundo pautado pelo crescente individualismo¹³ que caracteriza os tempos hipermodernos¹⁴, combinado à conformidade ou à resignação de grande parte dos sujeitos, as práticas solidárias são tachadas como travas ideológicas, ultrapassadas e inúteis, perante a lógica rasteira dos números e as supostas benesses de um sistema econômico crescentemente implacável, que promove a concentração de renda, vocífera contra o discurso da melhor distribuição de renda e repudia, violentamente, qualquer gesto em prol da maior coesão interpessoal e em favor da menor desigualdade social. Segundo Peter Sloterdijk (2016, p. 21):

“A massa não reunida e não reunível na sociedade pós-moderna não possui mais, por essa razão, um sentimento de corpo e espaço próprios; ela não se vê mais confluir e agir, não sente mais sua natureza pulsante; não produz mais um grito conjunto. Distancia-se cada vez mais da possibilidade de passar suas rotinas práticas e indolentes para um aguçamento revolucionário. Seu estado corresponde ao de um grupo gaseiforme,

cujas partículas oscilam cada uma por si em espaços próprios, com respectivas cargas próprias de força de desejo e negatividade pré-política, e cada uma por si resistindo diante dos receptores de programa, renovando a dedicação à tentativa solitária de elevar-se ou divertir-se”.

Bons livros podem resultar em proveitosos argumentos, expandindo os limites da ficção. Nesses tempos de *fake news* a estimular fingidas convicções e eleger desgovernos ao redor do globo, a leitura atenta de *Ensaio sobre a lucidez* poderia retirar a venda que persiste sobre milhões de concidadãos dos trópicos, que se orgulham de empreender em meio à miséria. Particularmente no Brasil e na Bolívia, as isenções tributárias e fiscais, combinadas ao desmedido poder concedido a determinadas igrejas que promovem estelionatos em nome da fé, sugerem o crescente flerte dos governos com a temível teocracia fundamentalista – insuflado por pseudofilósofos, protegido por drones e apoiado por um crescente exército de cínicos ou crédulos, com fetiche por armas de fogo.

Nesses e em outros casos, a prosa de José Saramago pode constituir advertência e ser empregada como poderoso antídoto. Supõe-se que a argumentação ágil e consistente de seus narradores e personagens incomode os sujeitos resignados e desestabilize os antidemocráticos, especialmente aqueles aferrados (honestamente ou desonestamente) à moral e ao dogma. Isso pode valer tanto para os discursos oportunistas do presente, quanto para o verbo escorado em mitologias e messianismos milenares, como desconfiava o narrador de *Ensaio sobre a cegueira*: “Ainda que seja evidente o muito que de nuvem há em Juno, não é lícito, de todo, teimar em confundir

13 “De forma mais geral, permanecendo na ideologia dominante, o que caracteriza a história do Ocidente e define sua excelência e superioridade em relação às outras culturas seria a afirmação da dignidade autônoma do indivíduo e a consequente rejeição do organicismo ou essencialismo” (Losurdo, 2018, p. 264).

14 “O hiperindividualismo coincide não apenas com a internalização do modelo do *homo oeconomicus* que persegue a maximização de seus ganhos na maioria das esferas da vida (escola, sexualidade, procriação, religião, política, sindicalismo), mas também com desestruturação de antigas formas de regulação social dos comportamentos, junto a uma maré montante de patologias, distúrbios e excessos comportamentais. Por meio de suas operações técnicas de normatização técnica e desligação [sic] social, a era hipermoderna produz num só movimento a ordem e a desordem, a independência e a dependência subjetiva, a moderação e a imoderação” (Lipovetsky, 2004, p. 56).

com uma deusa grega o que não passa de uma vulgar massa de gotas de água pairando na atmosfera” (Saramago, 1995, p. 31).

Ensaio sobre a lucidez relembra a responsabilidade de enxergar, especialmente quando a solidariedade se tornou valor tão obsoleto quanto os *smartphones* da geração anterior. Embebidos de histeria, nanociência e biotecnologia, não estávamos seguros de que os homens de gravata azul, ideologia da ordem e mira certa houvessem partido; o fato é que estão a circular com vio-

lência, sadismo e desfaçatez, escorados no silêncio das autoridades e em consonância com o alheamento geral. Há meio século, Eric Hobsbawm (2015, p. 233) advertia: “As democracias parlamentares ocidentais não renunciaram, em geral, ao valor publicitário da glória militar. Não foi apenas a República de Weimar que elegeu o seu general mais eminente para a presidência”.

Que a cegueira não se repita e haja outras Mulheres do Médico entre nós¹⁵, a retirar a venda aos homens e aos santos.

15 Em artigo recente, Manuel Desviat (2019, p. 1) sugere: “O nós se torna um pronome perigoso, quando não se reduz a algumas poucas pessoas ou à comunhão dos estádios de futebol”.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5ª ed. Coord. e trad. Alfredo Bosi. São Paulo, Martins Fontes, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Miguel Freitas da Costa. Lisboa, Edições 70, 2010.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Trad. Carmen C. Varriale; Gaetano Lo Mônaco; João Ferreira; Luís Guerreiro Pinto Cacais; Renzo Dini. Brasília, Editora da UnB, 1998.
- DESVIAT, Manuel. "(Neo)capitalismo e sofrimento psíquico", in *Revista Movimento*, 23/12/2019. Disponível em: https://movimentorevista.com.br/2019/12/neocapitalismo-e-sofrimento-psiquico/?fbclid=IwAR3sNwHplXwXEMhrpZYrF_70GmYsfC7D3V9no-udzeqB-JXvl5dallpRgfA. Acesso em: 2/1/2020.
- HOBBSAWM, Eric J. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. 5ª ed. Trad. João Carlos Vitor Garcia; Adelângela Saggioro Garcia. São Paulo, Paz e Terra, 2015.
- LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. Trad. Mário Vilela. São Paulo, Barcarolla, 2004.
- LOPES, Marcos Aparecido. *Rosário profano: hermenêutica e dialética em José Saramago*. Tese de doutorado. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, 2005.
- LOSURDO, Domenico. *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*. 1ª reimp. Trad. Jaime A. Clasen. São Paulo, Boitempo, 2018.
- MARCUSE, Herbert. *Contra-revolução e revolta*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- SLOTERDIJK, Peter. *O desprezo das massas – ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. 2ª ed. Trad. Claudia Cavalcanti. São Paulo, Estação Liberdade, 2016.
- THOUREAU, Henry David. *A desobediência civil*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo, Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.
- TITÃS. "Polícia", in *Cabeça dinossauro*. São Paulo, WEA, 1986 [CD].
- VALIM, Rafael. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. 1ª reimp. São Paulo, Contracorrente, 2017.
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave [um vocabulário de cultura e sociedade]*. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo, Boitempo, 2007.